

SOBRE DURKHEIM E “AS REGRAS DO MÉTODO SOCIOLÓGICO”

Maria Isaura Pereira de Queiroz

Uma trindade de autores é hoje considerada como tendo construído as bases das Ciências Sociais e principalmente da Sociologia: Karl Marx (1818-1883), Émile Durkheim (1858-1917) e Max Weber (1864-1920). Depois de várias décadas de discussões dividindo aqueles que só aceitavam Marx como o criador da nova ciência, dos que defendiam a contribuição ou de Durkheim, ou de Weber, dando a entender que as teses defendidas por eles eram incompatíveis entre si, o consenso foi se fortalecendo, principalmente nos últimos vinte anos. Muitos cientistas sociais afirmam hoje que o pesquisador não pode prescindir do estudo destes três grandes teóricos, pois sem levar a fundo as reflexões sobre o que escreveram não será possível desenvolver trabalhos de boa qualidade, pois eles se completam entre si, numa convergência indiscutível mas que, curiosamente, foi ignorada durante muito tempo.

Na França, ainda hoje, Durkheim é combatido por certo número de cientistas sociais por motivos muito mais políticos do que sociológicos; no entanto, uma forte corrente o considera como aquele que desvendou o método básico de análise da realidade social, por ter demonstrado a dependência das partes com o todo, isto é, dos indivíduos para com a sociedade em que vivem. Desse modo, diz-se, “metodológica e epistemologicamente não é possível se tornar sociólogo sem refletir sobre Durkheim” (SUMPF et HUGHES, 1973, p.91-94). No Brasil, todavia, há muito tempo esta afirmação vinha sendo feita, desde que, em 1949, Florestan Fernandes, num artigo, apontava os três mestres sem os quais não teria a Sociologia se constituído (FERNANDES, 1949).

Inúmeros cientistas sociais reconhecem, atualmente, a grande importância do Mestre francês. Segundo Thinès e Lempereur, Durkheim foi um dos autores que mais influenciou a Sociologia, juntamente com Karl Marx e Max Weber (THINÈS E LEMPEREUR, 1975, p.196). Entre nós, José Albertino Rodrigues chama a atenção para a sua “posição proeminente”, afinal reconhecida após a 2ª Grande Guerra, e, citando também Marx e Weber, afirma que “a Sociologia só se desenvolve e se completa na medida em que assimila as contribuições dos grandes mestres” (RODRIGUES, 1978, p. 34). Louis Marie Morfaux diz que Durkheim completa as concepções hoje consideradas principais da Sociologia, que devem ser tomadas em consideração pelos estudiosos da ciência das sociedades (MORFAUX, 1980, p. 335). Recentemente, num ensaio em que debatem o problema dos fundadores, Peter Baehr e Mike O’ Brien também se referem à trindade Marx-Durkheim-Weber como *os pais fundadores*, explicando que o termo *fundadores* é tomado no sentido de *heróis* batalhando pela constituição de uma disciplina “que seria irreconhecível sem a sua presença” (BAHER and O’BRIEN, 1994, p.3).

O papel de Durkheim no citado trio foi relevante, pois coube a ele “a honra de ter sido o primeiro a tentar explicar o social pelo social”, ao afirmar que “o fato social

tem uma realidade própria que não se reduz à soma de seus componentes”, ou, noutras palavras, “que o fato social não pode ser obtido por uma adição de características individuais, e sim por uma abstração operada pelos pesquisadores”, afirmação que “sempre constituiu uma das bases da Sociologia” (THINÈS et LEMPEREUR, 1975, p.296; p.884-885). Foi justamente em *As Regras do Método Sociológico* (1895), que Durkheim traçou as normas por excelência para o reconhecimento dos fatos sociais, as quais guiaram os sociólogos no novo campo de investigações, evitando que enveredassem por seara alheia.

No ano de 1995, esta obra fundamental do autor completa 100 anos de publicação. Foi no opúsculo que então veio a lume, que ele explicou o que é *fato social*, caracterizando os limites do mesmo, e, mais ainda, mostrando a necessidade de uma nova perspectiva para a análise e a compreensão da sociedade. Diante da importância do Mestre francês e desta sua contribuição, é preciso conhecer a posição em que se colocou; esta fica impressa já no primeiro capítulo, em que explica como vê seu objeto de estudo, isto é, “toda a maneira de agir, fixa ou não, suscetível de exercer sobre o indivíduo uma coerção exterior; ou então, que é geral na extensão de uma sociedade dada, apresentando uma existência própria, independente das manifestações individuais que possa ter” (DURKHEIM, 1950, 11^o. ed., p.14; trad. brasileira, 1963, p.12). Deste modo, “a caracterização do fato social é a sua permanência no tempo, sua autonomia em relação às consciências individuais e sua força coercitiva numa sociedade dada” (THINÈS et LEMPEREUR, 1975, p.385). Sendo um fenômeno coletivo, exige o estudo do grupo em sua organização e dinâmica internas, em sua ligação com a sociedade na qual se encontra, na maneira pela qual se impõe e é absorvido pelos indivíduos por meio da educação, constringendo-os através de conjuntos de regras explícitas e implícitas que também se torna indispensável elucidar.

Este livrinho considerado de grande importância, tem lugar significativo no conjunto das numerosas publicações do autor. José Albertino Rodrigues chama a atenção para o fato de ele se encontrar entre a tese importante, *De la division du travail social*, publicada em 1893, e *Le Suicide*, que é de 1897. A posição cronológica leva a observar que, “publicado depois de *De la division du travail social* (tese de doutoramento de 1893) seus princípios metodológicos são inferidos dessa investigação (ainda que não fosse trabalho de campo) e tais princípios por sua vez são postos à prova e aplicados numa monografia exemplar que é *Le Suicide* (1897), em que a manipulação de variáveis e dados empíricos é feita pela primeira vez num trabalho sociológico sistemático e devidamente delimitado”. Delineadas assim as regras e verificada sua utilidade num determinado campo, o autor foi aplicando-as a diversas pesquisas de outro tipo; assim foi que em 1897, publicou na revista *L'Année Sociologique* (que havia fundado em 1896), o ensaio *La prohibition de l'inceste*, no qual “o método da análise de dados etnográficos é aplicado numa perspectiva sociológica” (RODRIGUES, 1978, p.21).

Mas *De la division du travail social* não foi nem o primeiro nem o único texto de Durkheim publicado antes de *As Regras do Método Sociológico*; quatro o antecederam a partir de 1886, girando sempre em torno do problema da definição e do

procedimento das Ciências Sociais, título que utiliza a princípio, adotando mais tarde para a nova ciência o nome de Sociologia, que havia sido dado a ela por Auguste Comte, (1793-1857), em seu *Cours de Philosophie Positive*, (1839-1842). Dar um nome que explicasse com clareza o sentido da nova ciência, traçar com limpidez e com precisão os seus limites, foram os fins da obra, como constatou José Albertino Rodrigues: era “necessário um método apurado, tal como desenvolveu Durkheim, para que se possa ver, descrever, e, o que é mais importante do ponto de vista científico, *classificar* as realidades. Essa nos parece uma das mais notáveis contribuições científicas da Sociologia, cujos méritos devem ser prioritariamente creditados a Durkheim” (RODRIGUES, 1978, p.22).

Tal opinião de um dos mais renomados sociólogos nacionais deve ser ressaltada, pois embora Durkheim seja em geral citado com bastante consideração, é apresentada uma ressalva: “Durkheim nunca executou pesquisa de campo” (GRESLE et alii, 1990, p.91), e o próprio José Albertino Rodrigues, cuja admiração pelo autor é patente, não deixa de observar que *De la division du travail social*, “ainda que não fosse trabalho de campo”, permitiu que fossem destrinchadas as normas para as investigações em que o pesquisador, retirando seus dados dos documentos escritos existentes, teria porém o cuidado de uma comparação entre fontes de variada proveniência para admitir que haviam existido na realidade. As palavras de José Albertino Rodrigues fazem supor que somente a pesquisa de campo, aquela em que o estudioso levanta pessoalmente os dados por meio ou de uma observação direta, ou por um questionário que criou, ou utilizando instrumentos modernos (gravador, fotografias, filmes, vídeo), traria dados *verdadeiros*.

Tal maneira de ver é extremamente limitativa, reservando para a Sociologia somente o presente, no qual seria captado pelo pesquisador o material de que necessita para efetuar seu trabalho. Ora, Durkheim diz justamente o contrário: qualquer documento que se refira a uma sociedade ou a um grupo, quer pertença à atualidade ou a épocas longínquas, pode ser analisado numa perspectiva sociológica, desde que submetido previamente a um exame crítico que demonstre a sua validade. O campo da Sociologia não se limita, pois, àquilo que pode ser diretamente colhido pelo cientista, mas se estende a todo documento fidedigno analisado segundo as *Regras do Método*. Durkheim explicitamente estende a busca sociológica para os tempos antigos, quando se refere ao “objeto essencial da ciência (sociológica), a saber, o presente e o passado” (DURKHEIM, 1950, p.17; trad., 1963, p.15).

Outra tendência atual dos sociólogos é acreditar que somente os dados quantificáveis, que se exprimem através de algarismos e de medidas, seriam plenamente considerados *científicos* e encarados como praticamente definitivos. Durkheim, porém, em seus trabalhos, mostra que *As Regras* se aplicam indistintamente a qualquer dado. Em obra anterior a esta, *De la Division du Travail Social* (1893), foi buscar os mesmos em documentos históricos; mais tarde, noutro livro famoso, *Les Formes Élémentaires de la Vie Religieuse*, dados antropológicos formaram a base de sua reflexão. Os dados históricos e os dados antropológicos com que lidou então, eram de ordem qualitativa, se referiam a maneiras de ser de grupos, de fatos, de indivíduos e não eram mensuráveis;

fugiam à quantificação, à representação por números. Elaborando as normas da Sociologia a partir de dados qualitativos, com os quais aliás lidou na maior parte de suas obras, Durkheim parecia idear preceitos que só seriam utilizados nesta ordem de fatos; no entanto, logo em seguida às *Regras do Método*, em *Le Suicide*, foi empregando estatísticas que deu uma primeira demonstração cabal de seu método. Não importava, pois, a natureza dos dados, desde que fossem convenientemente colhidos, verificados e analisados.

A crítica ainda hoje efetuada a *Le Suicide* está em, ao analisar o material, não ter Durkheim lançado mão de técnicas estatísticas sofisticadas, permanecendo nas mais simples. Não se dão conta tais críticos de que, naquela época, não existiam ainda outras modernas (SUMPFF et HUGHES, 1973, p.93). José Albertino Rodrigues considera esta obra “uma monografia exemplar” e também, “um modelo de pesquisa social” na forma de usar a estatística “como instrumento de análise”; afirma que, na década de 1950, os americanos, através do estudo desse livro descobriram o valor das estatísticas para a pesquisa do *social*, o que “veio colocar definitivamente esta obra no rol dos clássicos imperecíveis e sempre modernos” (RODRIGUES, 1978, p.25). Por sua vez, François Gresle encara-o como dotado “de uma grande riqueza epistemológica”, de uma valor científico de grande amplitude portanto (GRESLE et alii, 1990, p.319-320).

Os fatos sociais, quer do passado, quer do presente, quer sejam qualitativos ou quantitativos, necessitam ser colhidos de maneira judiciosa; sua análise, em seguida, deve revelar a estrutura do grupo ou da sociedade, assim como a dinâmica que os anima, tanto em se tratando de movimentos contemporâneos, como quando se analisem movimentos através do tempo. Todos estes aspectos foram expressos por Durkheim na variedade de seus trabalhos. Para ele não importava a natureza dos dados, desde que tivessem sido colhidos de maneira correta e submetidos a uma análise séria, profunda - e *As Regras do Método* indicavam o caminho para se chegar a conclusões judiciosas e válidas. Pode-se dizer que todos os seus estudos, publicados antes ou depois dessa obra, constituem uma constante demonstração da importância, do grande significado e utilidade dos ensinamentos ali contidos; em toda a sua carreira, Durkheim pôs à prova incessantemente as normas que traçara.

Considerado hoje um dos três fundadores de primordial importância para a implantação da nova ciência, a aceitação plena do Mestre em tal nível não foi imediata em seu próprio país e até hoje sua maneira de pensar é ali encarada com desconfiança por muitos estudiosos, prolongando uma suspeita que se originou nas primeiras publicações e que teve assento também nas convicções políticas do autor, assim como nas raízes filosóficas em que apoiava suas investigações. Sua maneira de pensar político-filosófica tivera nascimento nas dificuldades e desordens de seu país, e então, juntamente com dois amigos e discípulos, Jean Jaurès (1859-1914) e Lucien Herr (1857-1929), aderira ao socialismo, ao qual sempre se manteve fiel, embora “tendo um raio de ação menor do que Jaurès”, fundador do Partido Socialista Francês, e sendo menos partidário ferrenho do que Herr (SUMPFF et HUGHES, 1973, p.91-92). Uma vez obtido o diploma de *agrégé*, seguiu Durkheim para a Alemanha, cujos estudos no ramo do que ali se denominava Ciências Sociais buscou conhecer. Esta apelação cobria

vasta coleção de disciplinas: Etnologia, Antropologia, História, Geografia Humana, Psicologia Geral, Economia Política, isto é, um grande conjunto cuja finalidade era estudar a organização e o funcionamento das sociedades humanas.

A permanência de um ano na Alemanha fez Durkheim conhecer muitos dos trabalhos de jovens como Wilhelm Dilthey (1833-1911), Ferdinand Tönnies (1855-1936) e Georg Simmel (1858-1918). No entanto, durante o período de 1885 a 1886, em que esteve no vizinho país, não teve ocasião de encontrar Max Weber e, mais ainda, em nenhum momento foi este citado em seus livros, embora fossem contemporâneos; a recíproca também é verdadeira e Durkheim também não foi nunca citado por Max Weber (RODRIGUES, 1978, p.12-13). De regresso à França e aprofundando suas análises, o jovem Durkheim mais e mais foi considerando imprópria a denominação de Ciências Sociais para a orientação que elas tomavam. Decidiu-se então a adotar o termo criado por Auguste Comte quando deu em Paris seu *Cours de Philosophie Positive* (1830-1842); a utilização deste termo fez com que muitos estudiosos erradamente o considerassem um continuador daquele filósofo. Auguste Comte fora um pensador e não um cientista; é verdade que se preocupava em definir uma nova diferenciação das ciências, intimamente ligada ao que acreditava ter sido a marcha do conhecimento humano através do tempo, da crença religiosa à metafísica, chegando finalmente, no séc. XIX, à era positiva das ciências, na qual se havia deixado de lado a busca das *causas*, substituída pela busca de *leis*.

A relação entre Durkheim e Comte estava apenas na escolha do nome da nova ciência e também em algo muito difundido entre os pensadores do séc. XIX: o abandono da noção de uma causalidade religiosa de tudo que existe e ocorre no mundo, por um relativismo em que a ciência, a partir do estudo do mundo sensível, construiria sem cessar o conhecimento do mesmo. Esta maneira de ver de Comte já viera se estabelecendo antes dele e influenciara outros filósofos tanto anteriores quanto de sua época, passando a constituir a base do pensamento científico. É o que se verifica, por exemplo, na obra de Claude Bernard (1813-1878), fisiologista notável, cujas regras sobre a experimentação influenciaram fortemente o desenvolvimento das ciências, indo se refletir em seguida nas concepções de metodologia de Durkheim.

No entanto, a adoção do termo Sociologia levou a se conceber uma ligação entre Comte e Durkheim na verdade inexistente, e a se estender a este último até mesmo as concepções políticas do primeiro, que eram bastante retrógradas. De onde resultou Durkheim ser acimado de conservador; a esta pseudofiliação a Auguste Comte, juntou-se sua atitude para com o socialismo, que julgava nascido de uma necessidade de reorganização da sociedade que não precisava apelar para revoluções violentas, e sim, para o diagnóstico científico que indicasse a solução. Socialistas ferrenhos e marxistas que não concebiam uma profunda transformação da sociedade sem revolução e violência, se opuseram à sua concepção da ciência dos fatos sociais. Porém os conservadores franceses também não a aceitavam, arrepiados diante do socialismo do autor. Num país em que, ao seu tempo, as divisões políticas eram profundas, semeando a desunião entre professores de todos os níveis e entre intelectuais, Durkheim encontrou, pois, dificuldades em difundir o seu método sociológico: era por determinado grupo

de cientistas sociais considerado perigoso socialista, enquanto os da vertente oposta o encaravam como um conservador acabado.

Desse modo, na França, não exerceu ele “nenhum domínio absoluto sobre o sistema escolar e nem mesmo sobre a Sociologia, como afirmaram seus adversários de direita. Pode-se mesmo dizer que não conseguiu difundir a Sociologia nem no seu país (...), nem no ensino superior”, da qual, até 1945, só existiam três cátedras, não havendo também “nenhuma separação entre a sociologia, a moral e a filosofia”, não figurando os temas durkheimianos na constituição do concurso anual para o ingresso no ensino secundário, a famosa *agrégation* (SUMPFF et HUGHES, 1973, p.93). Na verdade, nas universidades, cursos de Sociologia só se instalaram a partir da década de 1960 (DUVIGNAUD, 1986, p.146), quando então passou a haver a possibilidade de uma formação especializada de professores e pesquisadores, o que se deveu aos grandes e constantes esforços de Georges Gurvitch (1884-1965).

Embora os ensinamentos de Durkheim não tenham permeado a rede do ensino na França e, desde suas primeiras publicações, correntes contrárias de estudiosos da sociedade se tenham formado, conseguiu ele compor uma verdadeira escola durkheimiana extra-estabelecimentos de ensino. Foi a partir da revista *L'Année Sociologique*, cujo primeiro número alcançou editar em 1896, que o Mestre conseguiu reunir um conjunto de pesquisadores que se transformaram em colaboradores regulares da mesma; a finalidade precípua era “contribuir para o desenvolvimento de uma nova ciência do social, que pretendia ser rigorosa e profissional” (GRESLE et alii, 1990, p.20). A guerra de 1914 dizimou vários dos colaboradores (entre eles seu filho), mas sua finalidade foi alcançada, pois juntou à sua volta jovens sociólogos que logo se revelaram pesquisadores de grande qualidade: seu sobrinho Marcel Mauss (1872-1950), Maurice Halbwachs (1877-1945), Lucien Lévy-Bruhl (1857-1939), François Simiand (1873-1935) e vários outros (SUMPFF et HUGHES, 1973, p.93; GRESLE et alii, 1990, p.20); sua influência persiste noutros estudiosos de muito valor que se reconhecem devedores aos ensinamentos de Durkheim, como por exemplo Claude Lévi-Strauss (1908-). Formou-se assim o que se chama Escola Francesa.

O prestígio de Durkheim foi se espalhando noutros países mais cedo do que na França, divulgando suas idéias, sua maneira de orientar as investigações nos grupos e nas sociedades. Na Inglaterra, primeiramente, o etnólogo Radcliffe-Brown (1881-1955) “muito cedo sofreu a influência de Durkheim, permanecendo um discípulo fiel da Escola Francesa”; tendo se tornado figura influente no ensino universitário de seu país, além de importante etnólogo, pôde difundir ali os ensinamentos de Durkheim (GRESLE et alii, 1990, p.278-279; ver também SUMPFF et HUGHES, 1973, p.93). Nos Estados Unidos, foi por volta de 1950 que “a descoberta americana de *Le Suicide* veio colocar definitivamente esta obra no rol dos clássicos imperecíveis” (RODRIGUES, 1978, p. 25), determinando uma influência indiscutível da metodologia de que o grande sociólogo, nesse trabalho, dava uma demonstração irrefutável, com os dados empíricos analisados de maneira precisa e evidente. A tal ponto que Lazarsfeld (1901-1976), eminente sociólogo e estatístico norte-americano cuja contribuição é importante no domínio da metodologia, influenciado pela obra de Durkheim sobre o

suicídio, dela fez derivar a análise multivariada, que aplicou em seus trabalhos (SUMPFF et HUGHES, 1973, p.92).

Diante destas influências no exterior, que se fazem notar na Inglaterra uma vez terminada a 1ª Grande Guerra e, nos Estados Unidos, a partir do fim da 2ª, é muito interessante descobrir que, no Brasil, em 1896, Paulo Egídio de Oliveira Carvalho, influenciado pelo conhecimento de obras de Durkheim e principalmente pelas *Regras do Método Sociológico*, procurou difundir a Sociologia do Mestre Francês, numa tentativa que durou mais ou menos dez anos, procurando efetuar “a divulgação da obra ainda recente, ao tempo, de Émile Durkheim”; exerceu assim influência “sobre várias pessoas de valor, permitindo manter o interesse sociológico, tanto por adesão quanto pela rejeição” (ANTÔNIO CÂNDIDO, 1954). Em 1900, publicou um trabalho sobre *As Regras do Método Sociológico*, em que analisa a obra, consagrando “metadê do livro à exposição proba e inteligente das regras durkheimianas”; na segunda parte, rebela-se contra colocações que sua consciência de jurista não permitia aceitar - a distinção entre o normal e o patológico efetuada por Durkheim. Contrariando a este, Oliveira Carvalho buscou resolver o problema “aplicando os próprios critérios metodológicos de Durkheim, e, tomando o crime pela sua manifestação exterior, a pena, argumenta que a existência desta exprime a repulsa de toda sociedade em face do delito”. Tentou Oliveira Carvalho introduzir a Sociologia na Faculdade de Direito de S. Paulo e chegou a dar dois cursos livres: o primeiro, em 1897, em que fazia “a apresentação e justificação teórica da matéria”, apresentada como “uma contribuição para a história filosófica da Sociologia”; o segundo, em 1900, era uma exposição das teorias do mestre e teve sua conferência inaugural publicada (ANTÔNIO CÂNDIDO, 1954).

Das duas tentativas nacionais de implantação da Sociologia no Brasil, que se deram mais ou menos na mesma época, a primeira não parece ter tido conseqüências; da segunda foram registradas repercussões. Assim é que Reynaldo Porchat (1868-1953), conceituado professor da Faculdade de Direito de S. Paulo e 1º Reitor da USP, em 1902 afirmava “a necessidade da Sociologia nos cursos jurídicos”; retomando estas idéias em 1916, defendeu num congresso em Washington a “conveniência de uma cadeira de Sociologia no curso de Direito” (ANTÔNIO CÂNDIDO, 1954). Este primeiro impulso sobre a necessidade de cursos sociológicos em nível superior, foi sucedido por uma segunda tentativa realizada mais tarde, versando agora sobre sua implantação nas Escolas Normais. Em S. Paulo, Fernando de Azevedo (1894-1974), realizou em 1926 um inquérito a esse respeito, publicado a seguir no jornal *O Estado de S. Paulo*, despertando uma grande polêmica. Esta idéia persistiu, e, em 1927 Gilberto Freyre (1900-1987), introduziu a Sociologia nas Escolas Normais do Recife; Fernando de Azevedo, nomeado secretário da Educação do Distrito Federal, inaugurou-a nesse ano nas Escolas Normais da cidade do Rio de Janeiro e, em, 1931, foi ela introduzida no Curso Complementar, em S. Paulo, devido aos esforços do renomado pedagogo Lourenço Filho (1897-1970). No ano de 1933, sendo votada a Lei Orgânica para o Ensino com os esforços de Fernando de Azevedo, reformando a instrução pública em S. Paulo, introduziu-se a matéria no nível médio e superior (ANTÔNIO CÂNDIDO, 1954). Finalmente, em 1933, foi criado em S. Paulo o primeiro curso regular de

Ciências Sociais, na Escola Livre de Sociologia e Política e, no ano seguinte, fundada a Universidade de S. Paulo, instalava-se o Departamento de Ciências Sociais com duas cátedras de Sociologia. Em todas estas iniciativas, a influência durkheimiana foi indiscutível e *As Regras do Método Sociológico* tiveram posição de destaque como leitura obrigatória. Muito cedo houve, pois, no Brasil um grande interesse pela obra de Durkheim, em que sobressaíam sempre *As Regras*. Chama a atenção a atitude dos intelectuais brasileiros, contrastando com a dos franceses, sendo observado ali, ainda em 1975, que, em seu país, “Durkheim não exerceu nenhum domínio absoluto sobre o sistema escolar, e nem mesmo sobre a Sociologia...” notando-se ainda que “a distância é grande entre o pensamento de Durkheim e o ensino da Sociologia nas Escolas Normais Primárias” (SUMPFF et HUGHES, 1973, p. 93), nas quais existe.

Reconhecido como um dos fundadores da Sociologia, ao lado de Marx e de Max Weber, cumpre verificar qual a sua contribuição, comparada com a dos outros dois Mestres e como deles se distingue. Karl Marx chamou a atenção para as desigualdades da estrutura social, que tem como base as diferenças econômicas, as quais se modificam através do tempo num movimento originado pelas contradições sociais internas. Durkheim enuncia as normas capitais para a análise sociológica do fato social, baseado num postulado fundamental, “a especificidade do social”, uma vez que “o grupo social constitui uma realidade distinta e não simplesmente um todo ou uma justaposição de indivíduos”, de tal modo que o todo - a sociedade - exerce coerção fundamental sobre as partes - grupos e indivíduos; desta maneira, “a idéia metodológica fundamental” consiste na verificação de que “o fato social tem uma realidade própria, que não se reduz à soma de seus componentes”. Finalmente, Max Weber traz uma perspectiva complementar a esta, dando ênfase à constatação de que “os indivíduos conferem significados diferentes aos fatos sociais”, constatação que vai pesar na composição da realidade social. Deste modo, a contribuição de Max Weber completa a de seus dois antecessores, pois ele mostra que o objeto formal da Sociologia é construído “tanto a partir da abstração realizada pelo sociólogo” - o que fora já estabelecido pelos dois outros mestres, que o haviam explicitamente formulado - “quanto através da definição da situação tal qual ela é dada pelos atores sociais”. Concluindo, pode-se dizer que “a Sociologia é a ciência dos fatos sociais ao mesmo tempo abstraídos da realidade cotidiana e impregnados pelo sentido dado pelos indivíduos”(THINÈS e LEMPEREUR, 1975, p. 296 e 885; MORFAUX, 1980, p. 335).

Preocupados em compreender a fundo o pensamento dos grandes sociólogos, os estudiosos não atentam muitas vezes para as características da época em que eles viveram, para o que aconteceu em suas vidas; de como foram se sucedendo suas contribuições, no tempo, as modificações que porventura foram sofrendo com a acumulação do saber, por um lado, e por outro, com a atuação dos momentos sociais que atravessaram. Vivendo em meio a importantes abalos sociais em seu país e no mundo, e num tempo em que continuavam ocorrendo sérias modificações do conhecimento em geral, principiadas no sec. XVIII, Durkheim, aos 37 anos, delineou um livro fundamental para a Sociologia, em torno do qual se agruparam todas as outras obras que publicou, as antecessoras com material para as reflexões das quais ele surgiu,

as posteriores como novas maneiras de testar a veracidade e a utilidade do que nele afirmara. Esta obra pequena e densa constituiu daí por diante o verdadeiro cerne da Sociologia e das Ciências Sociais, tanto para os estudiosos que a consideram fundamental, quanto para aqueles que afirmam não aceitá-lo como tal; também nestes sua influência existe, ainda que de maneira subliminar, pois hoje não há mais possibilidade de se negar que o fato social tem realidade própria que não se reduz à soma de seus componentes ...

BIBLIOGRAFIA CITADA:

BAER, Peter e O'BRIEN, Mike. Founders, Classics, and the Concept of a Canon. *Current Sociology*. London: Sage Publications, 1994

CANDIDO, Antonio. Informação sobre a Sociologia em São Paulo. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 25 Jan. 1954.

DURKHEIM, Émile. *Les règles de la méthode sociologique*. 11^e édition. Paris: Press Universitaires de France, 1950. Tradução brasileira da autora deste artigo: *As regras do método sociológico*. São Paulo: Nacional, 1960

DUVIGNAUD, Jean. Les fils fondateurs? In: GUILLAUME, Marc (Org.).

L'état des Sciences Sociales en France. Paris: Éditions La Découverte, 1986.

FERNANDES, Florestan. Aspectos políticos da civilização do açúcar. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 22 fev. 1949.

GRESLE, François et al. *Dictionnaire des Sciences Humaines*. Paris: Nathan, 1990.

MORFAUX, Louis-Marie. *Vocabulaire de la Philosophie et des Sciences Humaines*. Paris: Armand Colin, 1980.

RODRIGUES, José Albertino (Org.). *Émile Durkheim*. São Paulo: Ática, 1978.

SUMPF, Joseph e HUGHES, Michel. *Dictionnaire de Sociologie*. Paris: Larousse, 1973.

THINÈS, George e LEMPEREUR, Agnès. *Dictionnaire général des Sciences Humaines*. Paris: Édition Universitaires, 1975.

